

**Racismo e visibilidade na imprensa:
Apontamentos sobre a distribuição geográfica do fenômeno e a cobertura jornalística no G1¹**

Carla Baiense Felix²

Monique Paulla³

Lara Batista⁴

Universidade Federal Fluminense – UFF

Resumo

Neste artigo apresentamos os resultados de 2024 da pesquisa “Raça e racismo no jornalismo brasileiro: gramática discursiva e produção de sentidos entre as juventudes do Rio de Janeiro”, desenvolvida com apoio Faperj. Analisamos numa perspectiva quantitativa o fluxo de notícias e reportagens indexadas pela palavra racismo no portal de notícias G1, entre 2021 e 2024. Também cotejamos os resultados de 2024 com os dados do Censo Demográfico do IBGE, para discutir a correlação entre a distribuição da população por raça/cor no território e o registro de casos de racismo na imprensa nas cinco regiões do país. Considerando as discussões sobre raça, racismo, branquitude, concentração da mídia e processos de produção jornalística, buscamos problematizar as condições de visibilidade do tema e apontar para a responsabilidade da imprensa em pautar o debate público.

Palavras-chave: racismo; jornalismo; G1; Anuário de Segurança Pública.

Introdução

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, que traz os dados apurados em 2023, mostra que houve um aumento no registro de casos de racismo de 77,9% em relação a 2022. Em números absolutos, isto significa um salto de 5.100 para 11.610 boletins de ocorrência em doze meses. Os registros de injúria racial também demonstraram um ligeiro aumento no período, de 12.237 para 13.897. Vale dizer que pela primeira vez a pesquisa realizada pelo Fórum de Segurança Pública alcança todos os estados da federação, o que também impacta nos resultados produzidos. A exceção é o estado do Espírito Santo, que não forneceu números sobre injúria racial.

Mudanças legislativas, como a equiparação das penas pelo crime de injúria racial às do racismo, assim como outras medidas políticas, como o lançamento do Pacto Nacional pela Equidade Racial, em 2022, e a criação do Ministério da Igualdade Racial, em 2023, também contribuíram, segundo o documento, para ampliar o debate e fornecer um arcabouço legal para a garantia de direitos. Da mesma forma, as mobilizações dos movimentos negros ampliaram a discussão sobre o tema. Juntas, essas transformações deram nova visibilidade à questão. Por outro lado, o relatório afirma que:

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). E-mail: carlabaiense@id.uff.br.

³ Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). E-mail: moniquepaula@id.uff.br.

⁴ Estudante de Graduação 6o. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: laraalvesbatista@id.uff.br

[...] isso ainda não permite dizer que o combate ao racismo avançou ou que a persecução penal está mais eficiente. Para tanto, precisaríamos investigar equivalências dessa maior cobertura nacional, com o número de sentenças e condenações criminais por injúria racial e/ou racismo. Tampouco se pode inferir que esse fenômeno teve reflexos no enfrentamento do racismo estrutural ou institucional. Mas algum ruído diferente está chegando nesse campo. (Fórum, 2024)

Num país em que o silenciamento sobre o racismo (Nascimento, 2017; Gonzalez, 2020; Sodré, 2023) representa a síntese de nossa “democracia racial”, a denúncia é o “ruído” que perturba o sono da casa grande (Evaristo, 2017). Considerando o papel que o jornalismo desempenha na perpetuação das desigualdades baseadas no imaginário de raça, propomos uma reflexão sobre como esse “ruído” é representado na imprensa.

Para compreender a relação entre o fenômeno e sua representação jornalística, escolhemos como estudo de caso o portal G1, das organizações Globo, o mais importante conglomerado de mídia do país. A partir de uma pesquisa na base de dados do portal pela palavra chave “racismo”, compilamos e categorizamos notícias e reportagens sobre o tema considerando duas variáveis: o número de narrativas publicadas, no período entre 2021 e 2024, e a concentração geográfica dos casos cobertos pelo portal entre os meses de janeiro e junho de 2024, cotejando os resultados com os dados sobre distribuição da população por raça/cor no território segundo o último Censo Demográfico. Nosso objetivo é problematizar as condições de visibilidade do tema na plataforma e apontar para a responsabilidade da imprensa em pautar o debate público.

Para guiar nossa pesquisa, algumas questões centrais serão investigadas: o aumento de registros de racismo nas delegacias do país se reflete na produção jornalísticas sobre o tema? A visibilidade jornalística da questão em cada região é proporcional ao número de ocorrências registradas? Considerando que a distribuição racial da população brasileira não é igual ao longo do território, como o critério regional impacta o tratamento da questão no jornalismo? A visibilidade do racismo no portal está vinculada à ocorrência e territorialização do fenômeno ou responde à lógica de produção e distribuição de conteúdos da empresa que o mantém?

A investigação é uma continuação da pesquisa “Raça e racismo no jornalismo brasileiro: gramática discursiva e produção de sentidos entre as juventudes do Rio de Janeiro”, desenvolvida com apoio da Faperj, a partir da qual vimos analisando como o racismo é tratado em notícias e reportagens do portal G1. A pesquisa inclui, ainda, uma etapa de recepção entre as audiências juvenis, além de ações de letramento racial, midiático e informacional.

Neste artigo, apresentaremos os resultados da coleta de dados realizada em 2024, comparada à coleta dos três anos anteriores. Também cotejaremos os dados de janeiro a junho de 2024, agregados por veículo e região, com os dados sobre distribuição geográfica da população brasileira por raça/cor segundo o último Censo Demográfico. A proposta é verificar a relação entre essa distribuição e a

cobertura jornalística sobre o tema, tanto em relação à quantidade quanto em relação à regionalização dessa cobertura. Nossa hipótese é de que a visibilidade do fenômeno na imprensa não se relaciona apenas à sua ocorrência, mas obedece às lógicas mercadológicas que transformam o sofrimento produzido pelo racismo em espetáculo para consumo.

1. Marco teórico

Para realizar análises ampliadas e contextualizadas sobre a prática do jornalismo no Brasil é fundamental considerarmos o racismo (Gonzalez, 2020; Sodré, 2023) como elemento fundante para constituição do Estado brasileiro e a sua formação social, no âmbito da instauração das instituições que formam a sociedade brasileira e das relações sociais. O racismo brasileiro ou a “racial-democracia” nacional tem a sua especificidade: aboliu-se política e juridicamente o sistema de subordinação direta do corpo sequestrado, mas permanece a forma correspondente: a forma social escravista (Sodré, 2023 p. 155 online).

Sodré (2023) enfatiza que o Brasil é um país que possui baixa tradição republicana e têm suas mediações sociais marcadas a partir de vínculos mais familiares fincados nas relações de parentesco, compadrio, amizade e cooptação grupal. O autor chama atenção para o fato de a fundação do país ocorrer em uma dinâmica de conversão do regime do Império para uma República de fazendeiros [brancos], latifundiários de monocultura. Ou seja, a “Proclamação da República foi um passo formal para apropriação do Estado pelos donos da terra [para que fosse garantida a] continuidade do controle oligárquico das organizações estatais e das instituições da sociedade civil” (p.28 online). Dessa forma, aos latifundiários brancos foram asseguradas todas as vantagens econômicas e políticas adquiridas e acumuladas com o longo de todo o período do regime escravagista.

Como consequência direta dessa organização social, Sodré (2015) sinaliza que o sistema de mídias no país desenvolveu-se como um bem patrimonial. Com a transmissão de seus negócios - e suas concessões públicas, no caso de rádio e TV – para as gerações seguintes, como aponta a pesquisa MOM-Brasil (2017)⁵. Nesse contexto, de acordo com Sodré (2015), “os sujeitos econômicos da indústria da informação e do imaginário são predominantemente famílias” (p. 277). Nesse fluxo, “os canais de transmissão constituem verdadeiros “feudos” econômico-jurídico-político-ideológico de elites patrimoniais (idem). A perspectiva de Bento (2002), nesse cenário, torna-se oportuna também para compreendermos a relação da Branquitude como tecnologia de manutenção do racismo e sua relação com a concentração midiática.

Tais relações familiares proprietárias de conglomerados midiáticos também estão balizadas na concepção de proteção e manutenção de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade como

⁵ Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/>. Acesso em: 13 de jun. 2025.

herança da escravidão (Bento, 2002). Cida Bento (2002) em diálogo com Ruth Frankenberg (1995) compreende e nomeia esse grupo social branco como branquitude, considerando que nutre um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais. Mauro Porto (2007), com a concepção de enquadramento interpretativo único, aponta que as pessoas fazem avaliações subjetivas não apenas ao acessar informações, mas também ao serem expostas a enquadramentos interpretativos que na forma social escravista (Sodré, 2023) no Brasil possui como prática o sigilo para ocultar ou eventualmente negar a prática discriminatória antinegros.

Nessa conjuntura, com os conglomerados midiáticos sob o controle da branquitude (Bento, 2002), na figura das famílias proprietárias de grupos de mídia, esse elemento de ocultamento e negação do racismo é transportado como ferramental norteador para o padrão informacional adotado pelas coberturas jornalísticas diárias. Modelo que “costuma individualizar os fatos noticiosos [sobre o crime de racismo ou injúria racial] como uma ruptura do ordenamento cotidiano” (Sodré, 2023, p. 135 online). Tratando-os como episódios isolados, o que contribui para negação do racismo cotidiano (Kilomba, 2019) característico ao *modus operandi* na sociedade brasileira.

Com base na concepção de Lélia Gonzalez (2020) e Muniz Sodré (2023), a negação às disposições racista para a branquitude é atributo da memória colonial escravagista nomeada por Gonzalez como neurose cultural brasileira. Para a autora, “o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o com o recalamento” (p. 84). Nesse bojo, Rodrigues, Santos e Paulla (2021) ponderam que as práticas antirracistas das coberturas jornalistas e produtos midiáticos são pouco efetivas e estão inseridas num processo imediatista e da ordem do espetáculo, “que servem mais para acobertar o resultado de anos de racismo midiático” (p. 90).

Diante desse contexto, Fabiana Moraes e Jorge Ijuim (2023) também nos ajudam a pensar relações da negação do racismo como fenômeno social associado aos referenciais do jornalismo de inspiração moderna. Para os autores, essa matriz de jornalismo moderno reduz fatos sociais em dimensões coisificadas na busca pelo que, para o referencial eurocêntrico e ocidentel, é compreendido como o real e o útil, desconsiderando as consequências da discriminação racial e o respeito à dignidade humana previsto nos princípios internacionais de ética profissional no jornalismo.

Ao ignorar o fenômeno social nos acontecimentos, esta racionalidade que sustenta uma objetividade (crença de que a separação sujeito do objeto garantiria neutralidade, imparcialidade) e que se entende como universal e descorporificada, tem levado a imprensa, por exemplo, a constituir critérios de noticiabilidade que privilegiam o imediato em detrimento da reflexão sobre a complexidade de questões que desprezam os valores humanos. (Moraes e Ijuim, 2023 p. 85).

Com esse cenário, a jornalista e historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2015) em entrevista ao Alma Preta - Agência de notícias e comunicação especializada na temática étnico-racial no Brasil, ressalta que a “A imprensa hegemônica não tem condições de registrar os problemas brasileiros reconhecendo a importância dessa população” (online), já que aproximadamente 56% da população brasileira é negra (Pardos - 45,3% e Pretos - 10,6%) de acordo com o censo 2022⁶.

2. Metodologia

Para identificar e quantificar o número de notícias e reportagens sobre racismo veiculadas no portal G1, foi realizada uma pesquisa por mês e ano, considerando o período de janeiro a dezembro de 2024, utilizando a ferramenta de busca da própria plataforma. Para obter maior precisão nos resultados foi crucial filtrar por data, personalizando o período desejado. A contagem das matérias foi feita de forma manual, e os dados obtidos foram organizados numa tabela de Excel, dividida por meses. Essa separação facilitou o processo de visualização e comparação dos números. Assim, pudemos entender o comportamento do ano dentro da série histórica e a incidência de reportagens mês a mês.

Diferente dos anos anteriores, buscamos identificar os conteúdos que tratavam do “racismo antinegro” e os que se relacionavam com o “racismo anti-indígena”, obtendo uma amostra exclusiva, embora pequena, para o segundo caso. Esse conteúdo será analisado separadamente, dadas as particularidades do tratamento dado ao tema na imprensa.

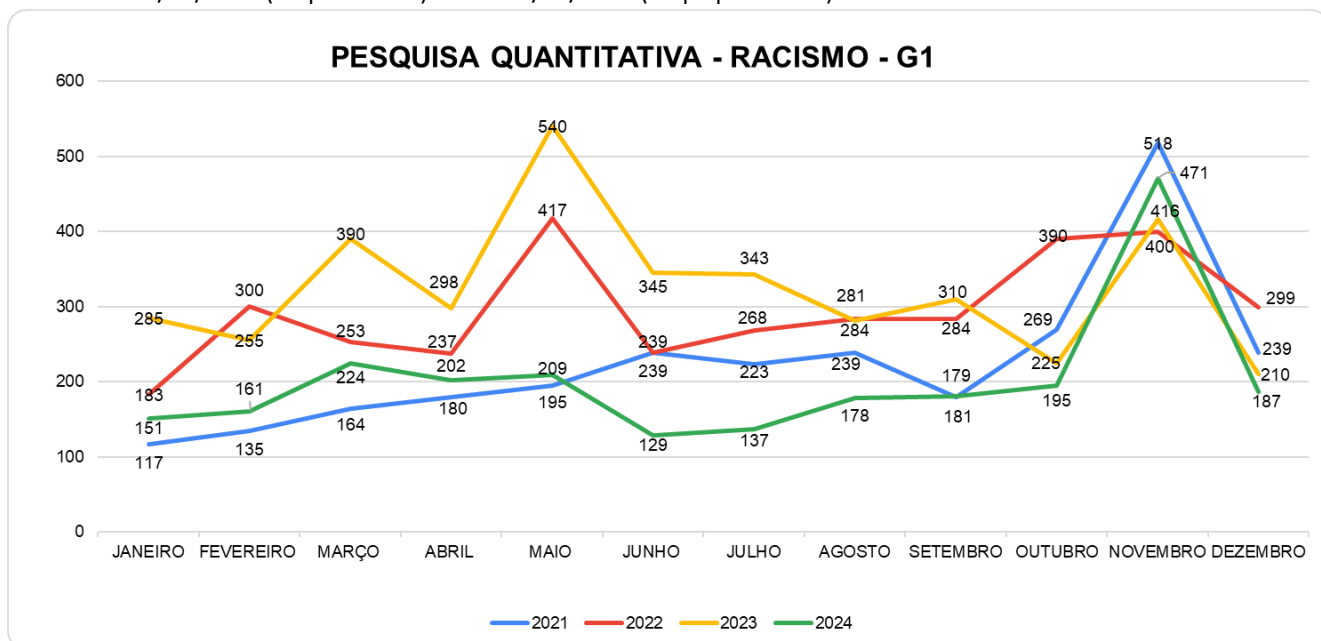
Outra novidade em relação às pesquisas realizadas nos anos anteriores é o agrupamento dos resultados encontrados por veículo e por região. Essa divisão nos permitiu verificar em que regiões se concentrou a cobertura jornalística do portal sobre questões relacionadas ao racismo. Dessa forma foi possível problematizar, por exemplo, a correlação entre o critério jornalístico de relevância e a incidência da população negra em cada estado e região.

3. Resultados

Os resultados do levantamento realizado nessa etapa do projeto são refletidos de forma numérica e são referentes à pesquisa quantitativa no portal G1. Em comparação com os anos de 2021 a 2023, nos quais o aumento no número de matérias indexadas pela palavra “racismo” foi significativo, o ano de 2024 apresentou uma queda no número de notícias e reportagens. Enquanto registramos 2.697 conteúdos em 2021, 3.554 em 2022 e 3.898 em 2023, no ano de 2024 houve uma redução para 2.425 matérias, patamar inferior ao primeiro ano da coleta.

⁶ Disponível em:

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/hub-igualdade-racial/populacao>



Algumas datas e acontecimentos relevantes durante o ano referentes a esta temática também influenciam o número de matérias publicadas em cada mês. O dia da consciência negra, comemorado no mês de novembro, por exemplo, traz muita visibilidade ao assunto. O número de matérias em que a temática central é "racismo" é alto neste período, e elas assumem diferentes formatos, seja para efetuar denúncias, seja para informar. Durante a maior parte do ano a média de publicações fica entre 140 e 200, enquanto no mês de novembro a temática alcançou 471 publicações. Essa gradação pode ser percebida no gráfico abaixo que retrata a evolução de matérias publicadas no portal G1 neste eixo temático, durante o ano de 2024.

Gráfico 2: Distribuição das matérias sobre racismo ao longo do ano de 2024



Fonte: as autoras

Outro dado que merece destaque é a quantidade de matérias sobre questões indígenas que tiveram espaço no portal: 17. O percentual de conteúdos indexados pela palavra racismo e que tratam de questões indígenas é de apenas 0,70%. Numa análise flutuante dos textos, observamos que, embora a indexação seja feita pelo tema, não há menção à palavra racismo ou qualquer outro termo do mesmo campo semântico nas notícias e reportagens. São coberturas sobre conflitos de terra e outros problemas enfrentados pelas populações indígenas, mas que não são lidos, na construção narrativa, como expressões do racismo. Numa segunda etapa da análise nos deteremos sobre estes resultados, que não serão explorados aqui, dadas as limitações deste artigo.

Sobre a distribuição geográfica dos materiais, entre os meses de janeiro a junho de 2024, observamos uma concentração de publicações em veículos da região sudeste. Foram 37,5% das ocorrências de notícias e reportagens indexadas pela palavra racismo nesta região. Em segundo lugar vêm as publicações da região nordeste, com 18,1%. Sul está na sequência, com 12,7%, seguido pelo centro-oeste, com 11,6%. Em 11,9% dos casos o critério não se aplica ou não foi possível identificar a região em que o conteúdo foi publicado.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, 43,5% (88,2 milhões de pessoas) se declararam brancas, 10,2% (20,6 milhões) se declararam pretas, 0,6% das pessoas (1,2 milhão) se declararam indígenas e 0,4% (850,1 mil) se declararam amarelas. Note-se que pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população brasileira (45,3%) se declarou parda. Também é importante lembrar que houve uma redução na participação de pessoas que se declaram brancas no conjunto da população brasileira, de 47,7%, em 2010, para 43,5%, em 2022. Isto nos permite dizer que o racismo é um problema que atinge a maioria da população brasileira, ainda que em graus variados.

Em relação à distribuição regional dessa população, observa-se uma concentração dos segmentos pretos e pardos no Norte, com 76% (8,8% e 67,2%, respectivamente), e Nordeste do país, com 72,6% (13% e 59,6%, respectivamente). O Centro-Oeste também apresenta percentuais de pessoas autodeclaradas negras acima da média nacional, registrando a marca de 68,7% (52,4% de pardos e 9,1% de pretos). Já o Sul e Sudeste se destacam pela maior concentração de população branca, 72,6% e 49,9%, respectivamente.

Considerando, portanto, que o racismo é um tema que toca a maior parte da população das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, questiona-se o fato de a maior parte das reportagens e notícias publicadas no portal de notícias G1 concentrarem-se em veículos da região Sudeste, na qual registramos 37,5% de todo o conteúdo publicado sobre o tema. No Nordeste, que tem a segunda população negra mais numerosa do Brasil, o volume de reportagens chegou a 18,2%, como dissemos. O Norte, que concentra a maior população não-branca do país, ficou em último lugar no levantamento. Este padrão revela as disparidades não apenas sobre o tratamento da questão em cada território, mas

também diz muito sobre o protagonismo dos veículos de imprensa sediados em estados das regiões que concentram a maior renda do país.

Considerações finais

O acompanhamento sistemático de dados e a comparação dos números em relação aos anos anteriores nos traz mais perguntas que respostas neste momento. O crescimento do número de reportagens entre 2021 e 2023 revelava um aumento de visibilidade do tema, acompanhando ações políticas em relação à questão e o crescimento de denúncias nas delegacias do país. A queda de notícias e reportagens registrada em 2024, no entanto, não acompanha esta tendência. Ainda que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, que mostraria o comportamento deste tipo de crime em 2024, não tenha sido publicado, nada indica que o racismo tenha sido superado no país. A interpretação destes achados, portanto, carece de outras investigações, que pretendemos desenvolver.

Em relação à distribuição das reportagens ao longo do ano, observamos que permanece o padrão de abordagem do tema ligado à alguma efeméride, como o 20 de novembro ou o 13 de maio. Esse comportamento da imprensa de restringir a questão às datas comemorativas já foi denunciado por diversos movimentos, mas continua sendo praticado. Outros marcadores que interferem na quantidade de matérias que vão ao ar são acontecimentos envolvendo celebridades e diferenças regionais no tratamento do assunto.

Soma-se a isso o protagonismo da imprensa produzida no eixo Rio-São, revelado pela quantidade de matérias sobre racismo publicadas na região Sudeste. O dado confirma o padrão de atenção dispensado a fatos ocorridos neste território, enquanto oblitera o que acontece nas regiões mais negras do país, acentuando o caráter interseccional desta exclusão. O que ocorre com a população negra e residente nas áreas Norte e Nordeste do Brasil tem menos importância, na perspectiva jornalística, do que aquilo que acontece com a população sudestina, ainda que negra.

Cruzar informações sobre regiões e volume de conteúdos nos possibilita observar o fenômeno do racismo sob outra lente, ou seja, nos deixa ver como o racismo é praticado pelas próprias empresas de comunicação. Ainda que não tenhamos os números de registros de casos de racismo e injúria racial, nas regiões Norte e Nordeste do país, sabemos que estes dois crimes são praticados em todo o território nacional. Isso nos permite, então, questionar a visibilidade do fenômeno nas regiões que recebem, simultaneamente, menos atenção jornalística e menos investimento público. A conclusão do levantamento dos dados de 2024 nos dará subsídios para aprofundar esta análise.

Outra linha de investigação que precisamos aprofundar é a que tensiona a relação entre registros de racismo e injúria racial, ao longo do território, e produção de conteúdos jornalísticos sobre o tema. O relatório Fórum Brasileiro de Segurança Pública ressalta a importância do acompanhamento

sistemático desses registros, já que são indicadores estratégicos para compreender como a política criminal trata estas ofensas. “Entender essa lógica no campo da segurança pública permite então deslocar o debate, para que se dê com base em evidências que apontam para os deveres constitucionais de proteção, inerentes ao Estado Brasileiro” (Fórum, 2024, p.112). Neste sentido, pretendemos comparar a visibilidade jornalística do tema com os registros policiais de 2024, assim que os dados estiverem disponíveis.

No caso do jornalismo, entender a relação entre o fenômeno, representado pelos registros policiais, e sua visibilidade em termos jornalísticos nos traz insights sobre o interesse e os critérios utilizados pela imprensa para pautar o debate público sobre o tema, que é uma das mais urgentes questões políticas do país. Na segunda fase da pesquisa, pretendemos observar e analisar como essas narrativas são construídas, desde a escolha das pautas, as fontes selecionadas, até a forma como as notícias são apresentadas. Além de escutar, por meio de rodas de conversas, jovens afetados por essas narrativas, o que neles desperta e como poderíamos trabalhá-las de forma a não aprofundar a dor e o sofrimento da audiência. Os dados dessa etapa serão compilados, analisados e estarão disponíveis em outras publicações.

Referências bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 13/06/2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 06/06/2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>. Acesso em: 06/06/2025.

EVARISTO, Conceição. “Não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário”, diz Conceição Evaristo sobre escritoras negras. Escritora discorre sobre produção literária das mulheres negras. Estação Plural. **TV Brasil**, 2017. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/06/nao-escrevemos-para-adormecer-os-da-casa-grande-pelo-contrario-diz-conceicao>. Acesso em: 06/06/2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Faesa – Vitória – ES

De 11 a 16/08/2025 (etapa remota) e 01 a 05/09/2025 (etapa presencial)

MORAES, Fabiana; IJUIM, Jorge Kanehide. **Repensar a "humanidade"**: limites de um conceito na imprensa e apontamentos para superar a desumanização. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 22, n. 42, 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2017.

PINTO, Ana Flávia Magalhães (Ana Flávia Magalhães Pinto). **Tinta Preta e Pele Escura: A necessidade de uma Imprensa Negra**. [Tinta Preta e Pele Escura: A necessidade de uma Imprensa Negra]. Portal Geledés. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tinta-preta-e-pele-escura-a-necessidade-de-uma-imprensa-negra/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PORTO, Mauro Pereira. **Televisão e política no Brasil**: a Rede Globo e as interpretações da audiência. Editora E-papers, 2007.

RODRIGUES, Geisa; DOS SANTOS, Pedro Henrique Conceição; PAULLA, Monique. **Dissemina Lab—novos enfoques de gênero e raça na mídia contemporânea**. Revista de Comunicação e Linguagens, n. 54, 2021.

Registros de casos de racismo aumentaram 127% no Brasil em 2023; injúria racial também cresce. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/registros-de-casos-de-racismo-aumentaram-127-no-brasil-em-2023-injuria-racial-tambem-cresce>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Registros de casos de racismo aumentaram 127% no Brasil em 2023; injúria racial também cresce. **Jornal de Brasília**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/registros-de-casos-de-racismo-aumentaram-127-no-brasil-em-2023-injuria-racial-tambem-cresce>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SODRÉ, Muniz. **Facismo da cor**. Uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil . 3.ed. atual. E ampl. – Petropolis, RJ: Vozes, 2015.
